

# NÚCLEO DA TERCEIRA IDADE DE PERUIBE

FUNDADO EM 26 DE MAIO DE 1988

Peruíbe, 18 de dezembro de 2020

Ofício NTIP 025/2020

Vimos pelo presente ofício solicitar que sejam consideradas nossas sugestões para a alteração da Lei Complementar nº 100/07, elaboradas pelos representantes do Núcleo da Terceira Idade nesse Conselho Municipal, a saber:

1. Alterar no Artigo 7º, Parágrafo 2º, Inciso VI, incluir alínea para evitar que a impermeabilização intensifique os problemas decorrentes das chuvas que, quando assolam nosso Município, trazem consequências danosas:
  - h) - a excessiva ou inadequada impermeabilização do solo;
2. Em seguida, nesse mesmo Inciso, incluir outra alínea para garantir o alinhamento do Plano Diretor com a Lei nº 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto das Cidades, que prevê tal prevenção.
  - i) a exposição da população a riscos de desastres.
3. Com relação ao texto proposto para o Inciso XVIII do Artigo 16, nossa sugestão é a de que haja de forma clara e ampla o correlacionamento das ações declaradas no Plano Diretor com os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
4. Alterar o texto do Inciso I do Artigo 29, como segue:
  - I. Atender a demanda de procura de vagas do ensino infantil, priorizando as crianças de 0 a 3 anos, por meio de creches da Administração Municipal ou de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
5. Com relação ao Artigo 36, observe-se que os Incisos V e VI estão com indicação de alterações propostas, quando não divergem em nada do texto original e alterar o texto do Inciso II como segue:
  - II. Identificar e avaliar as vulnerabilidades e os riscos existentes no âmbito do Município em relação à violência e à criminalidade para aplicação de uma Política Municipal de Segurança preventiva;
6. Acrescentar ao Artigo 36 o Inciso VII, de acordo com o item 16.10 da Agenda 2030 do PNUD visando "assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais", também porque trata-se de prática já adotada pelas Polícias Civil e Militar no Município, como segue:
  - VII - Criação de índice de atuação atrelado aos serviços operacionais da Secretaria, bem como a disponibilização dos mesmos à população, mensalmente.
7. Acrescentar ao Inciso I do Artigo 44 a definição ampla dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na implementação da Agenda 21 e eliminar a palavra "elaboração" por referir-se a um documento já existente.
8. Com relação ao disposto no Inciso II do Artigo 64, nossa sugestão é a de suprimir a alínea "d" e alterar o texto da alínea "b" como segue:
  - d) 7 (sete) representantes de organizações do Terceiro Setor, cabendo uma vaga para cada segmento do Município, na forma estabelecida pelo Conselho da Cidade para que haja efetiva representatividade da Sociedade Civil.
9. No parágrafo primeiro do Artigo 64 a palavra gestão deve ser melhor definida como Gestão da Administração Municipal ou Gestão do Prefeito Municipal.

10. Acrescentar no Artigo 64 que os representantes da Administração Municipal devam ser funcionários efetivos e que os representantes da Sociedade Civil não tenham vínculo formal com o Poder Público.
11. Substituir em todas as suas ocorrências, a expressão Poder Público, por Poder Executivo ou simplesmente Administração Municipal, para não envolver os Poderes Legislativo e Judiciário.
12. Tendo em a importância da participação do representante do Poder Executivo e para estimular sua autonomia no posicionamento das matérias discutidas no Conselho, sugerimos acrescentar ao Artigo 64 um novo parágrafo, como segue:  
§ 7º - Garantir aos Conselheiros representantes do Poder Executivo o disposto na Lei 175/2011, em seu Artigo 94, § 4º, que dispõe sobre a inamovibilidade de ofício por doze meses após sua posse, enquanto permanecer no Conselho.
13. Alterar o texto do § 3º do Artigo 64, como segue:  
§ 3º - Os representantes do Poder Público serão de livre indicação por parte do chefe do Poder Executivo.
14. Alterar o disposto no Artigo 66, considerando que a abertura de uma reunião do Conselho deve ser iniciada com a presença da maioria absoluta e não com a presença da maioria simples. A maioria absoluta é igual a 14 porque é relativa ao total de Conselheiros. Durante a reunião a maioria simples para validar uma deliberação, é um número variável, igual ao número inteiro acima da metade do total de Titulares presentes.
15. Acrescentar no Artigo 66 o limite de 5 (cinco) abstenções para toda e qualquer deliberação, que sendo ultrapassado provoca o adiamento do que está sendo deliberado para uma reunião seguinte, na qual esse limite deixa de ser aplicado para a mesma deliberação.
16. A exemplo do que consta no Artigo 75, que prevê regularização através de Decreto, estipular em todas as ocorrências similares um determinado e razoável prazo, para que o Plano Diretor não seja uma peça meramente programática. Nesta perspectiva o Plano Diretor deva conter metas definidas de modo que o Conselho possa aferir os resultados das ações realizadas em seu cumprimento.
17. Adaptar o disposto no Inciso II do Artigo 78 se for aprovada a proposta de gestão do Conselho com a duração de quatro anos.
18. Acrescentar no Artigo 78 os seguintes Incisos como objetivos da Conferência da Cidade:  
IX. Deliberar sobre os parâmetros a serem considerados na elaboração do Projeto da LDA - Lei das Diretrizes Orçamentárias.  
X. Deliberar sobre as metas e os valores a serem considerados na elaboração do PPA - Plano Plurianual e no Projeto da LOA - Lei Orçamentária Anual.
19. Alterar o Artigo 244 como segue:  
Artigo 244. O Poder Executivo deverá implantar, de forma sistêmica, uma rotina de monitoramento, avaliação e revisão dos planos setoriais decorrentes da aplicação do disposto no Plano Diretor.
20. Alterar o Artigo 247 como segue:  
Artigo 247. O Poder Executivo deverá atualizar o Cadastro Multifinalitário e a PGV - Planta Genérica de Valores do Município, no segundo ano de cada mandato.
21. Alterar o texto do Artigo 250 adaptando-o à nova versão do Plano Diretor.
22. Acrescentar o parágrafo primeiro do Artigo 245, que define um prazo até 31 de dezembro de 2007, assim como as demais ocorrências desse e de outros prazos anteriores à alteração do Plano Diretor.
23. Que seja incluído nas Disposições Gerais e Transitórias, um artigo que altere o mandato atual do Conselho, *que foi eleito para dois anos, para encerrar no final de junho de 2025. Leve-se em conta que a proposta apresentada para alterar o parágrafo primeiro do Artigo 64 resultará no encerramento do atual mandato no final de junho de 2021, hoje previsto ser encerrado em meados de 2022.*

Atenciosamente

IVO SOARES MELO  
Diretor Presidente Interino

Ao CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PERUÍBE

Avenida Padre Anchieta, 995 - Centro  
11750-000 Peruíbe SP

Fone e Fax (13) 3455-5263  
ntip@uol.com.br